



José Gabriel Ávila*

Efraim: (de)pressão para arrepiar caminho

A depressão Efraim que assolou os Açores não foi mais um dos muitos fenómenos meteorológicos ocorridos ao longo do povoamento destas ilhas.

A frequência com que estes episódios típicos desta época do ano se fazem sentir, significa que a natureza nos manda alertas a ter muito em conta, através das inundações e chuvas fortes, das enchentes de mar nas zonas mais baixas, da subida das temperaturas e da seca que também neste clima húmido acontece.

Qualquer cidadão menos avisado reconhece que o clima está a mudar e as alterações registadas nas produções agrícolas, ou por causa delas, o demonstram.

Fustigadas pela fúria das ondas alterosas de todos os quadrantes, as costas das nossas ilhas foram-se deteriorando ao longo dos séculos, dificultando a mobilidade e o tráfego comercial com o exterior, até que, com o advento da Autonomia, se efetuou vultuosos investimentos em portos comerciais e de pesca.

Mesmo assim, o poder do mar é de tal ordem que, as muralhas dos portos que pareciam fortalezas, acabam também por ceder e destruir-se.

Essas situações aconteceram nos últimos anos em várias ilhas.

Sendo pouco entendido, questiono-me se os empreendimentos já estavam degradados e, como tal, já deveriam ter sido recuperados, ou se essas infraestruturas não obedeceram a padrões máximos de validade e segurança, e por isso soçobram à força dos elementos.

Era interessante que alguém entendido na matéria, explicasse estas questões e que não se passasse uma cortina de silêncio sobre este tema.

Os efeitos da depressão Efraim não se fizeram apenas sentir no porto em reconstrução das Lajes das Flores.

Houve galgamentos de mar nas Lajes do Pico, felizmente se consequências de maior e noutras zonas costeiras insulares.

Algumas delas estão assinaladas num estudo elaborado pela ONU, chamando a atenção para sobre as graves consequências da subida das águas dos oceanos. (Numa das minhas crónicas anteriores referi esse estudo e identifiquei as zonas ribeirinhas mais sujeitas aos efeitos das alterações climáticas).

Pelos vistos as entidades públicas fizeram ouvidos de mercador. Não alteraram os planos de ordenamento do território, nem impediram construções nessas zonas.

A marginal de São Roque, em Ponta Delgada, é disso mau exemplo. Quando o mar fica um pouco mais revoltoso e a maré sobe, o quebra-mar é uma rampa e a água inunda a estrada e as habitações circundantes.

Que benefícios trazem os estudos de impacto ambiental, se eles não impedem a construção em zonas ribeirinhas tão expostas?

Nas últimas intempéries voltaram a repetir-se situações aflitivas resultantes da inexistência de escoamento das águas pluviais nos caminhos municipais. As populações bem gritam nas horas de infortúnio, alegando que as situações não são novas, mas os governantes fazem ouvidos de mercador.

As situações repetem-se em várias ilhas, mas o alheamento e a indiferença ao clamor popular, não se comovem perante os estragos causados e até as tragédias.

A solução, na maior parte das situações, cinge-se à mera reabilitação ou reconstrução, e continua tudo na mesma, à conta de Deus...

Há que tomar medidas de fundo para salvaguardar esse bem maior que é a vida das pessoas, indo às verdadeiras causas das ocorrências.

A este propósito, refiro um desabamento na Ilha do Pico, na estrada regional entre as Pontas Negras e Ribeiras. Dois enormes pedregulhos soltaram-se de uma ravina da estrada, no passado domingo do Espírito Santo. Em agosto, as pedras ainda se encontravam na bermá do lado do mar e a alta escarpa ameaçava continuar a desmoronar-se. Dei-me ao trabalho de saber se havia alguma verba destinada a resolver, de uma vez, a situação, já que se trata de uma estrada sem alternativa. No plano

de 2023 encontrei apenas 110.000€ destinados a "beneficiação e pavimento das estradas regionais do Pico"¹.

O perigo continua lá, até que ocorra um próximo desprendimento de terras... Por incúria dos responsáveis que devem zelar pelo bem-comum. E quem diz no Pico, diz, provavelmente, noutras Ilhas. A preocupação é tapar buracos ou nada fazer, e lançar obras que podiam aguardar. Enfim...

Não podemos estar permanentemente sujeitos aos ditames da natureza, como se não houvesse forma de a contrariar.

Há que assumir outras prioridades mais urgentes. Não basta manifestar intenções. Há que explicitar e concretizar as áreas de atuação, sem receio de desagradar a interesses instalados.

Gerir bem significa fazer o melhor, com os recursos financeiros disponíveis e tomar opções que deem prioridade à segurança das populações, para que elas se sintam bem na sua terra. E isto aplica-se à mobilidade nas zonas rurais, à defesa do território, à proteção da orla costeira, aos cuidados primários e diferenciados de saúde, etc.

A depressão Efraim vai seguir o seu rumo normal e dissipar-se mais adiante, não sem antes provocar estragos noutras áreas desprevenidas e impreparadas. Outras se seguirão com maior ou menor intensidade.

Importa que aprendamos com os nossos erros e não estarmos sempre a cramar contra os elementos ou a mendigar mais verbas para remendar as nossas incapacidades.

Ser autónomos é assumir que temos capacidade para gerir bem os nossos problemas, diferentes, certamente, devido à insularidade e à ultraperiferia.

Foi essa a escolha política que os Açorianos fizeram, quando tomaram em suas mãos o destino destas ilhas, no contexto nacional e europeu.



¹<https://oraa.azores.gov.pt/>

*Jornalista c.p.239 A
<http://escritemdia.blogspot.com>